

# A cidade contemporânea, suas (múltiplas) representações e representatividades: indagações para pesquisas

*The contemporary city, its (multiple) representations and representativeness: questions for research*

Marcos Virgílio da Silva\*

\*Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Brasil, marcos.silva@belasartes.br

usjt

arq.urb

número 32 | set - dez de 2021

Recebido: 02/08/2021

Aceito: 20/10/2021

DOI: [10.37916/arq.urb.vi32.535](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi32.535)



---

## Palavras-chave:

Cidades criativas;  
Cidades inteligentes;  
Desenvolvimento Sustentável.

## Keywords:

Creative Cities;  
Smart Cities;  
Sustainable Development.

## Resumo

O artigo parte da conceituação de 'representação' nos estudos culturais para explorar uma gama de imagens e discursos sobre a urbanização contemporânea, sintetizadas em certos adjetivos aplicados à palavra 'cidade' que se tornaram agendas com pautas próprias sobre o que as cidades deveriam almejar. Procura-se observar como essas se relacionam com os propósitos declarados da Agenda 2030 e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no que diz respeito às cidades, e como determinados segmentos da sociedade são privilegiados ou preteridos na aproximação ou distanciamento entre os objetivos dessas diferentes abordagens da cidade na atualidade,

## Abstract

The article begins with the conceptualization of 'representation' in cultural studies to further explore a range of images and discourses about contemporary urbanization, synthesized in certain adjectives applied to the word 'city' that became agendas with their own demands on what cities should aim for. It seeks to observe how these relate to the stated purposes of the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals regarding cities, and how certain segments of society are privileged or neglected in the approximation or distancing between the objectives of these different approaches of the city nowadays.

---

## Representações da cidade

O estudo das *representações da cidade* tem se constituído, nas últimas gerações, uma das importantes vertentes dos estudos urbanos: a investigação da cidade por meio de uma gama cada vez mais ampliada de fontes, documentos e registros – artísticos e literários, técnicos e mesmo leigos – tem revelado um manancial quase inesgotável de apreensões sobre o fenômeno urbano.

Essa forma de abordar a cidade tem suas raízes normalmente associadas ao “cultural turn” ou à “virada linguística”<sup>1</sup> do último quartel do século XX nas ciências humanas, e se funda na compreensão de que o processo social da urbanização tem como um de seus elementos constituintes a dimensão cultural – o qual não pode ser reduzido a mero “produto” ou “reflexo” de outros processos, sejam econômicos ou políticos.

Stuart Hall (2016) afirma a importância das “representações” nos estudos sobre a cultura, e as relaciona à linguagem. A representação consiste em uma produção de sentido por meio da linguagem, e o seu compartilhamento entre membros de uma mesma cultura; os elementos de linguagem mobilizados para descrever, retratar ou simbolizar um fenômeno remetem, então, a um conjunto de sentidos compartilhados por membros desse mesmo grupo. A representação produz sentidos, semelhanças, que permitem o reconhecimento, ou ainda propõe uma amostra ou substituição da realidade, sintetizando seus significados em um modelo reconhecível. Hall reconhece ao menos três abordagens diferentes das representações nos estudos culturais:

1. Reflexiva: “A linguagem simplesmente reflete um significado que já existe no mundo dos objetos, pessoas ou eventos” (HALL, 2016, p. 32)
2. Intencional: “A linguagem expressa somente o que o falante, o escritor ou pintor quer dizer, o significado intencional pretendido por ele ou ela” (ibidem)

3. Construtivista: “O significado se constrói na linguagem e por meio dela” (ibidem). Esta, que Hall considera a perspectiva de maior impacto sobre os estudos culturais nos últimos anos, e pode ainda ser subdividida em duas vertentes: a abordagem semiótica (influenciada pelo linguista Ferdinand de Saussure) e a discursiva (associada ao filósofo e historiador Michel Foucault).

A abordagem construtivista se contrapõe ao entendimento de senso comum sobre as representações (que, de certa forma, ecoam a vertente que Hall denomina “reflexiva”), que entendem o *representado* como mero “produto” ou “reflexo” – secundário e subordinado, portanto – da realidade *objetiva*. O estudo da cidade, por essa perspectiva, deve recusar a ideia de que há uma cidade “real”, cujas representações (parciais, sensíveis, subjetivas e mediadas) corresponderiam a falseamentos ou ilusões em relação à realidade. Os problemas de tal ideia poderiam ser sintetizados em, fundamentalmente, dois pontos. Primeiro, cabe perguntar quem define o que deve ou não adquirir o *status* de “real”, e por quais motivos. Devemos aceitar o argumento de que, por vivermos em uma sociedade burguesa e em um modo de produção capitalista, as relações e processos que não se traduzem em termos estritamente “econômicos” devem ser entendidos como “secundários” e, portanto, subalternos em relação a estes? Essa indagação deve conduzir ao segundo problema, que é o da hierarquização de modos de apreensão da cidade: seriam problemas de ordem “econômica” prioritários ou prementes em comparação com os de ordem sensível e afetiva, por exemplo?

A abordagem das cidades a partir de suas representações tem possibilitado, há algumas gerações, reconhecer descrições, discursos, narrativas e um conjunto de imagens da cidade que permitiram ampliar enormemente o significado das transformações urbanas para uma parcela da população que nem sempre – pode-se dizer: raramente – tem acesso a meios técnicos e instâncias de tomada de decisões político-econômicas de modo a ser capaz de influenciar em seus rumos. Assim, nas palavras do dramaturgo Plínio Marcos, foi possível falar “[da gente que] só berra da geral sem nunca influir no resultado” (MARCOS, 1974). O estudo das

<sup>1</sup>A chamada ‘virada cultural’ é um movimento intelectual nas humanidades e ciências sociais que, a partir do início dos anos 1970, trouxe a cultura para o centro dos debates contemporâneos sobre os

fenômenos sociais, longe de uma epistemologia positivista, e que incluiu tendências diversas como o pós-estruturalismo, os estudos culturais, a crítica literária e outras formas de análise linguística.

representações, em suma, tem possibilitado apreender a urbanização enquanto “experiência”,<sup>2</sup> na qual todos e quaisquer habitantes são sujeitos ativos e participantes do processo de construção e transformação da cidade, e não apenas expectadores impotentes, passivos e sobredeterminados.

Do ponto de vista historiográfico, por fim, o relevo conferido às representações dialoga com uma renovação da própria História Social, que passou a recusar o esquematismo de certas interpretações economicistas e estruturalistas – a metáfora “base-superestrutura” fortemente questionada por autores como E. P. Thompson<sup>3</sup> e Raymond Williams<sup>4</sup> – e incorporado ao corpus documental de suas pesquisas uma gama de produções que inclui a literatura, as artes plásticas, o cinema e até mesmo a música popular.

É possível adotar essa perspectiva ao observar como a urbanização (enquanto processo) e o urbano (enquanto fenômeno) contemporâneos têm sido retratados em diferentes agendas na atualidade. A multiplicidade de adjetivações atualmente atribuídas ao substantivo *cidade* evidencia recortes nítidos, e de intenções claras, sobre os aspectos que se deseja ressaltar e promover de acordo com a situação. Essa verdadeira “miríade” de representações é tão ampla que mereceu, em anos recentes, até mesmo um mapeamento em forma de um “atlas” (KNOX, 2016). A seguir, são apresentadas algumas dessas “etiquetas” atribuídas às cidades, discutindo-se suas agendas implícitas (ou declaradas).

- Cidades competitivas: a expressão tem sido promovida por entidades multilaterais, como o Banco Mundial (2015), e partem de uma constatação inicial fundamental: ao mesmo tempo que as cidades contemporâneas são centros de crescimento econômico e inovação tecnológica, são também territórios que concentram pobreza e desemprego. A solução proposta por essa linha de trabalho é *melhorar a competitividade* de uma cidade, facilitando o crescimento de empresas e indústrias como meio para a criação de empregos, aumento de produtividade e renda. Além da óbvia ênfase

econômica dessa abordagem (um banco, afinal), o estudo divulgado pelo Banco Mundial destaca o papel do setor privado, ao qual atribui cerca de 75% dos empregos criados (*Competitive cities for jobs and growth*, 2015): daí que a receita proposta pelos autores do estudo consiste em adotar políticas (e reformas) voltadas à atração, retenção e expansão deste setor econômico. Essas políticas incluiriam a busca por seus próprios “nichos”, especialmente em bens e serviços negociáveis (não no varejo ou serviços públicos), a formulação de políticas para a criação de um “clima” favorável aos negócios. Tal estratégia, como seria de se esperar, concentra-se em um público específico e claramente identificado: o empresariado. A representação da cidade como ente “competitivo” está estreitamente vinculada com o que David Harvey denominou “empresariamento urbano”, ou seja, a concepção da gestão urbana como um processo equivalente à gestão empresarial (HARVEY, 1996).

- Cidades criativas: mais um conceito promovido por um órgão multilateral – desta vez, a Unesco, que inclusive criou, em 2004, uma “Rede de Cidades Criativas” com o objetivo de promover a cooperação com e entre cidades que identifiquem a *criatividade* como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. A noção de criatividade está, em certa medida, também vinculada a uma ótica de desenvolvimento econômico (ainda que crescente o qualificativo “sustentável”. Neste caso, a ênfase recai sobre as chamadas indústrias culturais (também denominadas “indústrias criativas”). O conceito possui uma história mais longa, remetendo ao início dos anos 1980, e tem a ver com o esforço da comunidade artística para justificar seu valor econômico e ressaltar a importância da criatividade dos artistas para a cidade e a economia, principalmente em países anglo-saxões (Estados Unidos, seguidos do Reino Unido e Austrália), na mesma época em que a Unesco começou a pesquisar as indústrias culturais em geral

<sup>2</sup>Ideia central à obra do historiador britânico Edward Palmer Thompson, a noção de “experiência” não chegou a ser definida precisamente pelo autor. Mas seu uso do termo enfatiza a mediação não determinista entre acontecimentos históricos e a maneira como são percebidos e interpretados pelos agentes sociais, como um modelo de interpretação histórica em que o “ser social” e a “consciência social” se influenciam mutuamente.

<sup>3</sup>O assunto é desenvolvido especialmente em seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (THOMPSON, 1981), no qual o autor polemiza frontalmente com o estruturalismo althusseriano.

<sup>4</sup>De maneira diversa mas próxima à de Thompson, Raymond Williams questiona a metáfora “base-superestrutura” do marxismo estruturalista, que afirma uma primazia da “economia” em relação à “cultura” ou à “ideologia”. O assunto é explorado em seu artigo “Base e superestrutura na teoria cultural marxista” (WILLIAMS, 2005)

(LANDRY, 2011). Entre os autores considerados seminais do conceito, podem ser citados: o próprio Charles Landry que, em colaboração com Franco Bianchini, publicou em 1995 o livro *The Creative City*; John Howkins, autor de *The Creative Economy* (2001); e Richard Florida, com seu livro *The Rise of the Creative Class*, de 2002.

(...) uma operação publicitária para que empresas ou grupos empresariais vendam suas 'tecnologias' à ingenuidade de governos nacionais e locais, enquanto pretende convencer os cidadãos a viver em 'cidades verdadeiramente inteligentes'. (...) O conceito de "cidades inteligentes" é simplesmente uma vulgaridade ridícula própria apenas de uma publicidade descarada a serviço de empresas pouco escrupulosas e com clientes impressionados diante da novidade da "tecnologia".

Com numerosas referências e abordagens, é difícil encontrar uma única ou consensual definição sobre o que seja uma "cidade criativa" e quais são suas condições. Para Ana Carla Fonseca Reis e André Urani (2011), uma cidade criativa é a que se torna atraente para as indústrias criativas e para pessoas criativas. Essa atratividade se baseia na "capacidade de seus habitantes de colocar a criatividade em prática e um ambiente cultural e econômico favorável a isso. Por consequência, as indústrias e talentos que se sentem atraídos e chegam à cidade reforçam sua base criativa, em um ciclo positivo" (REIS e URANI, 2011, p. 32). Das diversas abordagens e definições de "cidade criativa", Reis e Urani encontraram três elementos que seriam preponderantes para a constituição de uma cidade criativa: (i) inovações, em termos econômicos, sociais, culturais ou mesmo ambientais; (ii) conexões; e (iii) cultura, seja o conteúdo cultural estrito (produtos, serviços, patrimônio material e imaterial, manifestações de caráter único), a presença de indústrias criativas em cadeia, o "valor agregado a setores tradicionais e, por fim, a formação de um ambiente criativo capaz de proporcionar a convivência de diversas manifestações (especialmente artísticas), que se inspiram mutuamente.

Ainda que se reconheça o diferencial desta abordagem como um reconhecimento da importância cultural e das redes de sociabilidade nas cidades, a noção de cidade criativa ainda é permeada por elementos do "empresariamento urbano" que marca tão fortemente a ideia de "cidade competitiva", ao ponto de certa instrumentalização econômica do potencial criativo (artístico ou outro) de uma cidade.

- Cidades inteligentes ("Smart Cities"): talvez um dos conceitos de mais ampla difusão junto à opinião pública é este que Jordi Borja qualifica como

A acidez na crítica de Borja ao conceito reside, talvez, no fato de que a ideia de "inteligência" aqui destacada se refere, essencialmente, à adoção de recursos e infraestruturas que, afinal, dependem do fornecimento (e, em grande medida, da gestão) de infraestruturas para integrar tecnologias da informação e comunicação (TICs), dispositivos físicos conectados à rede (IoT), com o objetivo declarado de otimizar as operações e serviços da cidade, conectar-se aos cidadãos. O imaginário da cidade inteligente foi proposto, de acordo com Timmeren, Henriquez e Reynolds (2015, p. 15), como uma "panaceia para os problemas urbanos (...) para fazer as cidades mais eficientes, ambientalmente sustentáveis, economicamente atrativas e socialmente inclusivas". Suas aplicações abrangem desde o monitoramento e gerenciamento dos sistemas de tráfego e transporte, energia, abastecimento de água e saneamento básico, até prevenção de crimes e administração de sistemas de escolas, hospitais e outros serviços públicos.

A associação da imagem da cidade à tecnologia de ponta e o discurso da eficiência como pilar da sustentabilidade tem se mostrado sedutora a gestores públicos de diversas municipalidades ao redor do mundo. A crítica que se faz à sua adoção, além do caráter publicitário (e aos interesses empresariais) denunciado por Borja, é que a transparência e participação prometidos se baseia no amplo domínio das TICs pelos cidadãos, e da capacidade de lidar com compartilhamento de informações e com as comunicações virtualmente em tempo real. Do contrário, as ferramentas de uma *smart city* se convertem em mais um fator de exclusão e segregação – o que Timmeren, Henriquez e Reynolds (2015, p. 99 – 109) denominam como *divisões digitais* e a formação de *enclaves de elite*. Ou seja, a gestão do território urbano e da provisão de serviços se torna crescentemente dependente de recursos educacionais e financeiros desigualmente distribuídos, contribuindo para acirrar, em

lugar de atenuar, desigualdades. Além disso, o acesso aos dados coletados parece permanecer em poder das companhias privadas, com pouca transparência, e algumas municipalidades parecem dispostas a renunciar ao controle público e da ampla transparência como uma possibilidade de geração de negócios<sup>5</sup>.

- **Cidades educadoras:** o conceito de *cidade educadora* propõe a integração de atividades sociais e culturais de forma a privilegiar a formação, promoção e o desenvolvimento dos cidadãos, especialmente de crianças e jovens. A ideia se distingue da noção de cidades “educativas”, propondo que elas se tornem educadoras quando assumem essa intenção de forma consciente. A expressão foi adotada a partir do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona em 1990. Em 2004, seus princípios fundamentais foram sintetizados e atualizados em um documento chamado *Carta das Cidades Educadoras* (CENPEC, 2006). Em seu segundo artigo, a Carta já destaca o compromisso de suas cidades signatárias em “promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo” (Carta..., Art. 2), combater a discriminação, favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo, e ainda contribuir para a correção das desigualdades “que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis” (ibidem).

Nota-se uma importante mudança de ênfase em relação aos conceitos anteriores, não apenas ao adotar outros parâmetros de validação e valoração (em palavras como “diversidade”, “diálogo”), mas também ao tensionar expressamente a abordagem de viés econômico, ao reforçar a cooperação (em contraste com a abordagem competitiva) e a “correção de desigualdades” resultante do que chama de “critérios exclusivamente mercantis”. Moacir Gadotti (2006) afirma que se pode falar em uma cidade que educa quando ela busca instaurar a cidadania plena, estabelecendo canais permanentes de participação e incentivando a organização das comunidades. A iniciativa, no entanto, parece ter tido pouca difusão para além das instituições

ligadas ao campo educacional, sendo discutida principalmente por órgãos governamentais ou não-governamentais relacionados à temática.

- **Cidades resilientes:** a resiliência tem sido um tema privilegiado nos debates internacionais relacionados à resposta às mudanças climáticas, sendo assim estreitamente vinculadas à pauta ambiental e de sustentabilidade. No entanto, ao passo que as políticas de resposta aos eventos climáticos (inundações, furacões e ciclones, “tsunamis”) ou outros desastres naturais (deslizamentos, terremotos e outros) tem ampla difusão e aplicação nas mais diversas esferas governamentais e nos debates científico-acadêmicos e movimentos sociais, a denominação de “cidade resiliente” se vincula especificamente à ação da “Resilient Cities Network”, uma coalizção internacional de municípios promovida com a liderança da Rockefeller Foundation: A rede foi composta a partir do programa 100 Cidades Resilientes (100RC) fundada pela fundação em 2013, como parte de sua Iniciativa Centenária Global, cujos investimentos permitiriam a contratação de um diretor dedicado à temática em cada cidade, e acessar uma rede de compartilhamento de conhecimentos, além de serviços *pro bono* de empresas privadas e ONGs parceiras<sup>6</sup>. A Rede pretende promover uma ação tripartite entre Estados (municípios membros), setor privado e o chamado Terceiro Setor (compreendendo tanto ONGs quanto comunidades organizadas). Embora os focos principais estejam relacionados com infraestrutura (energia e saneamento, mobilidade, dados), a coalizção pontua a necessidade de ações voltadas à superação das desigualdades no grau de vulnerabilidade das populações negra e parda nos territórios que integram a rede, questão que a pandemia deflagrada no ano de 2020 evidenciou com força.
- **Cidades saudáveis:** Assim como observado em relação à ideia de “cidades educadoras”, o conceito de “cidade saudável” está intrinsecamente vinculado aos debates oriundos das políticas de saúde pública. A relação entre urbanização e saúde pública, evidentemente, tem uma história muito mais longa do que esta, mais específica, remontando ainda ao século XIX. Já o

<sup>5</sup>Em 2017, por exemplo, o então recém-empossado prefeito de São Paulo, João Dória Junior, prometeu incluir num programa de privatizações da municipalidade o banco de dados cadastrais do Bilhete Único gerido pela SPTrans (MACHADO, 2017).

<sup>6</sup>Informações obtidas na página da Rede na internet, disponível em: <https://resilientcities-network.org/our-story/>. Acesso em 31 de julho de 2021.

Movimento Cidade Saudável, do qual o conceito deriva, consiste em uma estratégia de promoção da saúde com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (ADRIANO et al., 2000). O movimento teria se originado em Toronto, Canadá, no ano de 1978, quando um comitê de planejamento definiu a saúde pública como constituída por quatro elementos principais: a biologia humana, o meio ambiente, os estilos de vida e os serviços de saúde. Essa nova diretriz ganhou expressão internacional na década seguinte, até ser adotada pela Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (OMS/OPAS). De acordo com Jaime Rabelo Adriano et. al. (2000, p. 54 – 55) um município é definido pela OPAS como

aquele em que as autoridades políticas e civis, as instituições e organizações públicas e privadas, os proprietários, empresários, trabalhadores e a sociedade dedicam constantes esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; estabelecem uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural e expandem os recursos comunitários para melhorar a convivência, desenvolver a solidariedade, a co-gestão e a democracia (OPAS, apud Adriano et. al.)<sup>7</sup>

As diretrizes da OMS para que uma cidade se torne saudável incluem aspectos relativos ao ambiente físico, ecossistema, suporte e participação social, economia local, serviços de saúde acessíveis, entre outros aspectos. Na década de 1990, a agenda das cidades saudáveis chegou ao Brasil, em parte graças à ação promotora da OPAS, mas o que se constatou é que a viabilização da agenda permaneceu sujeita às oscilações de prioridades dos governantes locais em cada ocasião. Ainda assim, merece destaque, para os objetivos deste trabalho, a abrangência temática dos requisitos de uma *cidade saudável*: a vinculação com múltiplas escalas de alcance (coletivos e individuais) extrapola a agenda unicamente econômica, e se volta fundamentalmente à pauta dos direitos coletivos, e às políticas de assistência à população. Ao menos no nível discursivo, a orientação das políticas públicas é menos instrumental do que, por exemplo, no caso da “cidade criativa”.

A relação exposta acima não é e não pretende ser, evidentemente, exaustiva. Mas parece suficiente para demonstrar o argumento que se buscou evidenciar aqui: a cada adjetivo atribuído, simultaneamente se impõe à cidade uma agenda específica, com seus objetivos, prioridades e agentes privilegiados. É de se supor que uma multiplicidade tal pode significar um desafio bastante complexo aos governos locais (ou metropolitanos), na medida em que a opção por uma agenda pode relegar outras políticas que, do ponto de vista da população como um todo, não seriam necessariamente secundárias: ao se declarar “criativa”, pode uma cidade colocar em segundo plano as políticas de saúde, por exemplo? Uma cidade que se proponha saudável, por outro lado, pode conciliar seus objetivos com os de uma cidade “educativa”? É possível atender a todas as agendas – neste caso, qual a utilidade de se afirmar de uma ou outra maneira, além do interesse em linhas específicas de fomento ou em algum tipo de publicidade? Neste sentido, cabe indagar se Jordi Borja não teria razão ao se referir a essas adjetivações como mera vulgaridade de interesses (BORJA, 2014).

### A Agenda 2030 e as cidades

Chega-se assim à Agenda 2030 e suas próprias representações da cidade contemporânea. A chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ratificada em 2015 pelos representantes dos 193 Estados-membros da ONU, está baseada no reconhecimento da erradicação da pobreza como o maior desafio global, e um pressuposto para o desenvolvimento sustentável<sup>8</sup>. Neste sentido, o plano de ação sintetizado na Agenda, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respectivas 169 metas para erradicação da pobreza e promoção da vida digna para todos de forma compatível com os limites ecológicos do planeta, é coerente com todo o histórico de consolidação da própria ideia de desenvolvimento sustentável na ONU. Desde a publicação *Nosso Futuro Comum* (1987) e, principalmente, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente (1992), o modelo de sustentabilidade se assenta sobre o tripé crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Foi com a Declaração Final da Conferência Rio+20, que se firmou a prática de formulação de metas, negociadas periodicamente entre os Estados-membros. A primeira experiência neste sentido veio com o estabelecimento dos

<sup>7</sup>OPAS 1996. *El Movimiento de Municipios Saludables: una Estrategia para la Promoción de la Salud en América Latina*, v. 96-14, abril.

<sup>8</sup>As observações deste tópico se baseiam em informações obtidas na *Plataforma Agenda 2030*.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), resultantes de cúpulas multilaterais realizadas ao longo da década de 1990. A Declaração do Milênio e os oito ODM iniciais foram adotados pelos Estados-membros da ONU em 2000, com metas válidas até 2015. A partir de 2010 tiveram início as consultas para elaboração da agenda pós-ODM.

O documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015, consiste em uma Declaração, a descrição dos 17 ODS e suas 169 metas, uma seção sobre implementação e parcerias globais, e ainda um roteiro para acompanhamento e revisão. A Agenda 2030 consistiu no documento que, pela primeira vez, estabelece explicitamente um objetivo e metas relativas ao desenvolvimento urbano, e se alinha à chamada Nova Agenda Urbana, estabelecida em 2016 em Quito (Equador) como resultado da III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (III Habitat).

O Objetivo 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) propõe “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (*Transformando Nosso Mundo*, 2015, p. 24 – 25), e suas metas tratam de: (i) acesso a habitação, urbanização de favelas, transporte (especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade), planejamento e a gestão participativa, patrimônio cultural e natural, resposta a catástrofes, o “impacto ambiental negativo per capita das cidades” (incluindo qualidade do ar e resíduos), espaços públicos, relações entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, entre outros aspectos. Dos diversos temas compreendidos entre as metas do Objetivo 11, encontram-se termos comuns com algumas das agendas urbanas expostas anteriormente, especialmente as das cidades resilientes, mas também as cidades saudáveis e educadoras (no que diz respeito à promoção da participação social).

Como os 17 ODS são declarados como indivisíveis, as outras pautas devem ser buscadas em outros objetivos. Assim, a “cidade educadora” também se relaciona com o Objetivo 4 (Educação de Qualidade) e, em menor grau, também os objetivos 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). De forma semelhante, a “cidade saudável” está relacionada com o Objetivo 3 (Saúde e Bem-Estar), 6 (Água Potável e Saneamento), bem como os já citados 10 e 16. A “cidade criativa” tem conexões com o Objetivo 4, mas principalmente com 8 e 9

(respectivamente, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, e Indústria, Inovação e Infraestrutura). Este último objetivo é o que, provavelmente, mais se conecta com as pautas das “cidades inteligentes”.

A “cidade competitiva” é, à primeira vista, a menos claramente identificada com os ODS. A aproximação possível requer a admissibilidade do pressuposto básico da “competitividade”, que é a hipótese de que promover um ambiente de negócios favorável às empresas resultará em geração de emprego, renda e, com isso, em redução da pobreza e da desigualdade. Somente a partir desse ponto de partida é viável conceber que os objetivos 1 (Erradicação da Pobreza), 10 (Redução das Desigualdades), eventualmente mediados pelas metas correspondentes aos objetivos 8 e 9 (os que mais claramente se relacionam com a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável).

### **Representação, representatividade**

Uma outra dimensão da representação é introduzida com a constatação, pela Rede e Cidades Resilientes, de que a vulnerabilidade aos desastres naturais e a crises sanitárias como a pandemia da Covid-19 contém também um componente racial importante, e com a ênfase dada nos ODS (inclusive no Objetivo 11) quanto à atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade (entre as quais também são mencionadas mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência). Neste caso, trata-se de uma dimensão explicitamente política. Neste caso, a palavra deve ser remediada não mais ao sentido de “simbolização”, mas também no de “tornar presente”. Raymond Williams (2015) lembra a aplicação da palavra representação (ou de seu adjetivo correspondente, “representante”) para designar a competência de alguém em agir no interesse de outra, ao passo que a “representação popular” por meio de um pleito se trata de efetivamente tornar presente uma demanda de um grupo específico, que porventura pode se considerar não atendido pelo grupo de “representantes eleitos”.

Na prática, o que se constata é que interesses vinculados às pessoas mais vulneráveis têm encontrado pouco espaço de representação entre os dirigentes políticos, de modo que, da mesma forma que o parlamento britânico discutido por Williams, também o nosso Legislativo (em suas diversas esferas federativas) “quase sempre seja muito ‘irrepresentativo’ em termos de localidade, gênero, ocupação e faixa etária” (WILLIAMS, 2015, p. 388). A luta por maior espaço nessa estrutura de poder,

de modo a que se faça valer de fato a diversidade de interesses e necessidades fundamentais para a construção de uma cidade resiliente, ou *saudável*, ou *educativa* (e mesmo *criativa*), passa por ampliar a gama de segmentos sociais. Essa ampliação é a base da reivindicação contemporânea por *representatividade* (ou seja: a capacidade real de alguém exprimir-se em nome de outros).

A multiplicação de demandas sociais específicas, que tem caracterizado os movimentos sociais contemporâneos e sido por vezes estigmatizada como “identitarismo” (HAIDER, 2019) resulta na simultânea ampliação das demandas que a sociedade apresenta às cidades, e que talvez as representações apresentadas neste trabalho pouco têm tido a oferecer. Não está claro, por exemplo, como a adesão à *cidade inteligente* pode mitigar os efeitos da discriminação racial na apropriação do espaço urbano. De fato, a possibilidade de formação dos “enclaves digitais” aponta mesmo no sentido inverso. Por outro lado, se é verdade, como argumenta Richard Florida, que a cidade criativa pressupõe maior *tolerância* para com a presença da comunidade LGBTQIA+, é possível afirmar que as condições de florescimento da criatividade são suficientes para assegurar a fruição segura da cidade demandada pelas mulheres? Uma cidade educadora pretende assegurar o desenvolvimento adequado de jovens e crianças, mas o que ela pode ensinar para garantir a superação do chamado *capacitismo*<sup>9</sup>?

### Considerações finais

As diversas questões levantadas ao longo do texto estão longe de estarem respondidas, e não é pretensão deste artigo oferecer uma solução. A investigação de diversas formas de retratar as cidades contemporâneas teve por objetivo realçar não somente a complexidade da urbanização atual, mas também indicar um possível descompasso entre as proposições feitas quando se trata das cidades como entidades integrais (daí a possibilidade de representação por adjetivos, como que concedendo a elas caracteres humanizados) e as demandas de segmentos específicos das sociedades que as compõem.

A aparente obviedade (uma cidade não é um todo homogêneo e coeso) não pode impedir o enfrentamento da problemática relação entre representações totalizantes e as pautas segmentadas. As realidades parciais não podem ser silenciadas ou minimizadas por não “representarem o todo”, como muitas vezes se justificou. Ao mesmo tempo, a continuada fragmentação de pautas e demandas tem resultado na incapacidade de formulação de uma imagem que consiga articular e dar coerência a essas pautas, tornando-as ainda relativamente impotentes em comparação com a atuação de segmentos que se valem das representações totalizantes, por imprecisas e enganosas que possam ser. As indagações aqui propostas compõem um programa de pesquisas que pretende, no mínimo, tornar presentes (ainda mais) os segmentos do público que as propõem, sem falar *por* eles.

### Referências

- ADRIANO, Jaime Rabelo et. al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Ciênc. saúde coletiva** **5 (1)**, 2000, p. 53 – 62.
- BORJA, Jordi. Cidades inteligentes ou vulgaridade de interesses? **ArchDaily Brasil**, 24 Abr 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601260/cidades-inteligentes-ou-vulgaridade-de-interesses>. Acessado 1 Ago 2021.
- CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). Carta das Cidades Educadoras. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 1, n. 1, 2006.
- Competitive cities for jobs and growth*. Washington: The World Bank Group, 2015.
- FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. New York: Basic books, 2002.
- GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos CENPEC**, **2006**, n. 1, p. 133 – 139.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

<sup>9</sup>Nome dado à discriminação e preconceito social contra pessoas portadoras de deficiência. Pautado na construção social de um corpo padrão tomado como “normal”, levando à subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências.



HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Apicuri, 2016.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, nº 39, 1996, p. 48-64.

HAWKINS, John. **The creative economy**. Harmondsworth: Penguin (Allen Lane), 2001

KNOX, Paul (org.). **Atlas das cidades**. São Paulo: Editora SENAC, 2016.

LANDRY, Charles; BIANCHINI, Franco. **The creative city**. London: Demos, 1995.

LANDRY, Charles. Cidade criativa: a história de um conceito. in: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. **Cidades criativas** – perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions, 2011.

MACHADO, Jorge. Prefeito Dória anuncia a venda de dados dos usuários do Bilhete Único. Colab USP, 16/02/2017. Disponível em: <https://colab.each.usp.br/blog/2017/02/16/prefeito-doria-anuncia-a-venda-de-dados-dos-usuarios-do-bilhete-unico/>. Acesso em 31 de Julho de 2021.

MARCOS, Plínio. Plínio Marcos em Prosa e Verso, com Geraldo Filme, Toniquinho Batuqueiro e Zeca da Casa Verde (Disco long play). São Paulo: Warner, 1974.

*Our story*. [s. l]: Resilient Cities Network, 2021. Disponível em: <https://resilientcities-network.org/our-story/>. Acesso em 31 de julho de 2021.

OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde). **El Movimiento de Municipios Saludables**: una Estrategia para la Promoción de la Salud en América Latina, v. 96-14, abril de 1996.

*Plataforma Agenda 2030*: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [online]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/11/>. Acesso em 31 de julho de 2021.

REIS, Ana Carla Fonseca; URANI, André. **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de soluções, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

TIMMEREN, Arjan van; HENRIQUEZ, Laurence; REYNOLDS, Alexandra. *Ubikquity and the illuminated city: from smart to intelligent urban environments*. Delft: TU Delft Publications, 2015.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, (66), 209-224, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.